

O modo de ser surdo não incapacitado: um discurso em funcionamento nas escolas de surdos

The way of being a non-disabled deaf: a discourse at work in schools for the deaf

Ana Gabriela da Silva Vieira
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil
ags.21@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-8962-5108>

Madalena Klein
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil
kleinmada@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-2222-6700>

Recebido em 10 de junho de 2021
Aprovado em 13 de julho de 2021
Publicado em 02 de abril de 2023

RESUMO

A Educação de Surdos vem sendo investigada a partir de diversas perspectivas teóricas, constituindo análises que auxiliam na compreensão da surdez em contexto educacional. Esta investigação pretendeu compreender os modos de ser surdo em funcionamento nos discursos presentes nos Regimentos Escolares e Projeto Político Pedagógicos de escolas de surdos no Rio Grande do Sul. Neste artigo, referindo-se a um recorte da supracitada pesquisa, aborda um destes modos de ser surdo, que está pautado nos discursos que entendem o sujeito surdo enquanto um indivíduo não incapacitado. A partir de uma teorização foucaultiana, procedeu-se uma análise, de forma a estudar os discursos que fabricam um modo de ser surdo a partir da perspectiva de uma não incapacitação. Trata-se de um assujeitamento do surdo enquanto um indivíduo correlativo à governamentalidade neoliberal, um indivíduo que, para se inserir na sociedade, precisa esforçar-se para incluir-se e superar as barreiras daquilo que é compreendido como uma incapacitação física.

Palavras-chave: Surdo; Subjetivação; Currículo.

ABSTRACT

PA

Deaf Education has been investigated from various theoretical perspectives, constituting analyzes that help to understand deafness in an educational context. This investigation aimed to understand the ways of being deaf at work in the discourses present in the School Regiments and Pedagogical Political Project of schools for the deaf in Rio Grande do Sul. In this article, referring to an excerpt of the aforementioned research, it addresses one of these ways of being deaf, which is based on discourses that understand the deaf subject as a non-disabled individual. Based on a Foucaultian theorization, an analysis was carried out in order to study the discourses that manufacture a way of being deaf from the perspective of non-incapacitation. It is a subject of the deaf as an individual correlative to neoliberal governmentality, an individual who, in order to enter society, needs to strive to include and overcome the barriers of what is understood as a physical disability.

Keywords: Deaf; Subjectification; Curriculum.

Introdução

No contexto acadêmico, muitas pesquisas acerca da surdez e da Educação de Surdos vêm sendo realizadas, sobretudo na área das Ciências Humanas, buscando fugir de uma lógica de reabilitação do sujeito surdo. Porém é possível compreender como um dos discursos que funciona, na contemporaneidade, acerca da surdez, subjetivando corpos surdos, aquele que incide sobre o corpo da pessoa com deficiência, na medida em que o entende como um corpo incapacitado, um sujeito que, de certa forma, pode buscar superar e incluir-se na sociedade apesar da sua incapacitação física.

Este artigo intenciona discutir o funcionamento desse discurso nos currículos de escolas de surdos. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado em Educação, na qual estudamos discursos curriculares de três¹ escolas de surdos do estado do Rio Grande do Sul – designadas nesse artigo como escola 1, escola 2 e escola 3. Olhamos, de modo específico, para o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar das referidas escolas, visando investigar a produção de modos de ser aluno surdo nos discursos curriculares das Escolas Bilíngues específicas para

esses sujeitos , e encontramos recorrências discursivas atreladas a um modo de ser surdo que deve viver de modo a superar as barreiras sociais decorrentes do seu corpo incapacitado.

PA

A fim de possibilitar um olhar mais abrangente, estudamos não apenas estes documentos escolares, mas também alguns documentos estatais, como a Lei 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Política Linguística de Educação Bilíngue (2014).

Para dar conta da discussão proposta, o artigo se dividirá em três tópicos: o primeiro tratará de algumas ferramentas conceituais significativas para a pesquisa, o segundo traçará nosso direcionamento metodológico e o terceiro apresentará os resultados, tratando do modo de ser surdo como indivíduo não incapacitado.

Sujeito, poder e normalização: ferramentas conceituais

Dentre os conceitos propostos pelo pensamento foucaultiano, foram potentes para a pesquisa as discussões sobre sujeito, poder e normalização. Fischer (2012) explicita que o pensamento de Foucault faz um deslocamento em relação à noção de sujeito, que deixa de ser visto como aquele que se apropria do conhecimento para se emancipar e para transformar o social, para ser compreendido como produto da relação consigo mesmo e com os outros, um sujeito construído discursivamente.

Edgardo Castro (2016) aponta que Foucault entende os modos de subjetivação enquanto formas de objetivar o sujeito no âmbito das relações de saber e de poder. Existe, conforme afirma Castro, uma segunda perspectiva de subjetivação mais voltada para as atividades do indivíduo sobre si próprio, com as quais Foucault está preocupado em seus últimos trabalhos, nos quais trata da questão da ética e da moral.

Não foi com essa segunda perspectiva que essa pesquisa se preocupou. Trabalhamos com a noção de subjetivação enquanto constituição do sujeito no que concerne à sua objetivação, à produção de saberes e de verdades sobre o sujeito, aos mecanismos de poder que agem nos discursos e que os sujeitam.

No curso *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (2010) propõe uma teorização do conceito de poder, afirmando que este não é uma coisa que é possível dar ou tomar, mas algo que existe 'em ato'. Para além disso, o poder não seria "primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas em si mesmo, primariamente, uma relação de forças". (FOUCAULT, 2010, p. 15). O poder, em outro sentido, funciona em relações diversas, associado ao fabricar e ao fazer transitar um "discurso verdadeiro". Desta forma, "não há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam neste poder, a partir e através dele". (FOUCAULT, 2010, p. 22).

Foucault (2010) explica que, nas sociedades ocidentais, entre os séculos XVII e XVIII, começam a se ordenar tecnologias atreladas a uma nova forma de poder, específica, relacionada à lógica da sociedade burguesa: a disciplina. Opondo-se ao modelo anterior de soberania do Estado – que persistiu, sobretudo no campo do direito, na forma de um discurso de soberania do corpo social –, emerge a disciplina, com seus aparelhos de saber, seu discurso da regra e da norma. Michel Foucault (1991) trata das disciplinas enquanto formas de controlar os corpos e fazê-los dóceis. Elas seriam "técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas". (FOUCAULT, 1991, p. 191).

No curso *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (2010) demarca que após as técnicas disciplinares de poder, constituem-se novas técnicas, ainda no século XVIII, que se direcionam não às pessoas (no nível individual), mas a toda a espécie humana – trata-se da biopolítica. A tecnologia da biopolítica exerce um poder de regulamentação sobre a população, lidando com ela enquanto um problema não apenas biológico, mas também político. Seus mecanismos não estão no treinamento de cada sujeito, como no âmbito da disciplina, mas são pensados em esfera global, de modo que se quer estabelecer equilíbrio, média, compensações.

É nesse contexto moderno, de técnicas disciplinares e regulamentadoras, que se assiste à implementação de políticas de reabilitação e medicalização do surdo, sujeito a um discurso médico que o tem enquanto deficiente e que no contexto educacional exerce práticas de correção e adestramento dos corpos. Nesse cenário social, situa-se a proposta oralista para a Educação de Surdos, que implicou na

marginalização das línguas de sinais e no ensino da oralização e da leitura labial, sobretudo a partir do já muito citado *Congresso Internacional de Surdos de Milão*, de 1880, no qual se quis abolir as línguas de sinais das escolas.

Pedro Witches (2018) aponta que, em uma sociedade como a que vivemos, na qual a norma da comunicação é a fala, não ouvir é considerado por muitos uma incapacidade, algo desfavorável. Isso faz com que o sujeito surdo seja visto como anormal e, por conseguinte, alguém passível de um processo de normalização. A norma – pautada no uso da fala – cria a perspectiva do surdo como doente, sujeito que deve ser submetido a uma normalização, que nada mais é do que uma espécie de “correção”, de uma aproximação desse sujeito em relação à norma.

Exemplo dessa noção de correção do que se considera anormalidade quanto à comunicação da pessoa surda são as orientações explicitadas no *Compêndio de Educação da Criança Surdo-Muda*, que configura uma espécie de manual publicado em 1958 por Ana Rimoli de Faria Dória, que na época era diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Nesse compêndio, a autora explicita que, para educar uma criança surda, “O princípio é falar, falar, falar, para o treino da leitura oro-facial e nunca – nunca, usar as mãos”. (DÓRIA, 1958, p. 60).

A norma a que se submete o surdo, no contexto da Modernidade, pode ser pensada enquanto uma norma ouvinte. Nesse sentido, sendo o surdo um indivíduo que, apesar de qualquer correção, permanecerá sendo incorrigivelmente surdo, ele está situado dentro da categoria à qual Foucault se refere como ‘anormal’. O processo de normalização do surdo se insere dentro de um processo geral de adestramento dos indivíduos pertencentes a esta categoria.

Michel Foucault (2010) aborda a constituição do sujeito anormal, tão temido ao fim do século XIX e cujos controle e vigilância pautaram-se em um grupo de mecanismos e instituições. Sendo o surdo incluído dentro da categoria da anormalidade, há uma aproximação significativa com a figura do incorrigível. Essas instituições vão operar onde as técnicas cotidianas da família e da educação comum falharam, de modo que surgem com o objetivo de corrigir indivíduos com doenças psiquiátricas, deficiência intelectual, transtornos, cegueira e também surdez.

Importa ressaltar que este discurso sobre o surdo enquanto sujeito anormal que deve ser corrigido não ficou no século passado, preso em uma espécie de “pensamento atrasado” dos séculos XIX e XX. Ele se atualiza, circula, enuncia e é produtivo hoje em vários espaços sociais. Uma possível atualização desse discurso está na compreensão do surdo como um corpo incapacitado e que, apesar de não poder deixar de sê-lo, pode ultrapassar as barreiras para sua inclusão social que decorreriam dessa incapacitação.

Tendo sido feita essa discussão de cunho teórico, passamos às considerações acerca da metodologia de pesquisa.

Uma Análise do Discurso em Michel Foucault: Caminhos Metodológicos

Nosso *corpus* de análise se constituiu, como apontamos anteriormente, de documentos curriculares de três escolas de surdos no Rio Grande do Sul e, também, de alguns documentos estatais. Para analisá-los, buscando compreender que modos de subjetivação do sujeito surdo estariam em funcionamento, operamos com uma análise do discurso cujos procedimentos relacionam-se às teorizações foucaultianas.

Como Foucault (2014) argumenta em *A Ordem do Discurso*, existe na sociedade (e nas ideias tradicionais da filosofia) um temor em relação ao discurso, que ele nomeia como logofobia. Para compreender esse temor, seriam necessárias três decisões que mudariam nossa postura diante dos discursos – e que serviram como base para os procedimentos analíticos empregados em nossa pesquisa.

A primeira delas é o questionamento da vontade de verdade que vigora em nossa sociedade e no momento histórico que vivemos, porque é essa vontade de verdade que, na qualidade de procedimento de exclusão, atua na limitação dos discursos que circulam e dá validade (ou não) aos enunciados. Outra decisão é assumir que o discurso possui um caráter de acontecimento e, por fim, seria necessário que o significante (ou seja, a materialidade, o real) deixasse de se sobrepor ao significado.

A história tradicional das ideias traria, conforme aponta Foucault (2014), as noções de criação, de unidade, de originalidade do indivíduo que escreve ou fala e de

significações ocultas para o discurso. Foucault, ao contrário disso, considera as noções de acontecimento, de séries discursivas, de regularidade na produção dos discursos (opondo-se à ideia de poder criativo individual) e de condição de possibilidade dos discursos como noções que regulariam a análise discursiva.

No mesmo sentido, os discursos curriculares não são compreendidos neste artigo como criações originais de cada escola de surdos, mas como discursos que circulam na sociedade em que vivemos, pertencentes à atual racionalidade, de modo que o que se enuncia nos documentos analisados na pesquisa pertence a determinadas regularidades, a determinadas séries discursivas pautadas no que hoje pode ser dito sobre o sujeito surdo e no que é produzido como verdadeiro acerca da educação de surdos.

O surdo: indivíduo não incapacitado

Ao olhar para recorrências discursivas presentes na documentação que constituiu nosso *corpus* de análise, evidenciou-se uma concepção do sujeito surdo como um indivíduo não incapacitado. A princípio pode parecer redundante a dupla negativa explicitada pela palavra “não” e pelo prefixo “in”; não seria, então, mais fácil dizer apenas que estes documentos estão atravessados por um discurso que entende o surdo como capacitado?

Ao nosso ver, a tautologia proposital a nível gramatical e semântico, quando analisada no nível do discurso, oferece uma diferença sutil: trata-se não de qualificar o surdo como um sujeito capaz, mas de, compreendendo-o como um corpo incapacitado e/ou marcado por uma deficiência, entender o surdo como sendo aquele que, apesar de não ouvir em uma sociedade ouvinte, pode integrar-se a ela enquanto um sujeito produtivo, que pode se esforçar para dar conta das questões de ordem científica e tecnológica e para expressar-se e fazer-se compreender através de outros meios que não a fala.

Essa não incapacitação assume três direções, que serão tomadas como categorias para a análise: a não incapacitação no mercado de trabalho, na comunicação e nos saberes científico-tecnológicos, todas elas marcadas pela mesma

dupla negativa, dado que cada uma vem caracterizar áreas nas quais esse sujeito surdo seria não incapacitado.

PA

Tomaz Tadeu da Silva (1997), nos comentários que faz sobre a obra de Lennard J. Davisⁱⁱ, aponta para a articulação dos temas da incapacitação e da surdez, apesar dos esforços do ativismo surdo de separar-se dos outros indivíduos marcados pela incapacitação física – marca essa que não é natural, mas histórica e socialmente construída. A fabricação da incapacitação se dá em relação a um discurso de idealização do corpo em relação à produção de uma categoria de normalidade, que permite que se veja determinado sujeito como normal enquanto outro é tido como incapacitado.

No caso da surdez, isso implica fazer circular um discurso de que a fala e a audição compõem um modo de comunicação normal, de forma que o surdo seria deficiente em sua comunicação. Essa modalidade de comunicação naturalizada e essencializada no binômio falar/ouvir não é, para o autor, mais do que um mito capacitista sobre o corpo.

Essa lógica capacitista está atrelada à noção do surdo como anormal. Lunardi (2003), ao investigar como os discursos da educação especial são produtivos de uma anormalidade surda, aponta para uma “institucionalização de um poder normativo que permite traçar uma linha entre a normalidade e a anormalidade”. (LUNARDI, 2003, p. 188). Especificamente sobre o surdo, a autora explicita

Aquilo que se configura como normal ou anormal está na maneira como o sujeito normativo se relaciona com o meio em que vive, ou seja, a normalidade advém de sua normatividade, em que o próprio sujeito, em sua própria vida, se encontra em condições de hierarquizar e de experimentar as respectivas diferenças. É nesse sentido que defendi que o surdo não é anormal por ausência de norma, mas pela incapacidade de ser normativo, o que quer dizer que não há um estado de saúde (ouvir) e doença (não ouvir) em si, mas em relação a uma capacidade normativa. E é justamente por meio dessa capacidade normativa – por ser uma capacidade de valorização que pertence ao próprio sujeito – que é possível afirmar que o surdo é anormal. Porque esse sujeito está sob um valor de uma norma, de uma medida que designa uma média, que estabelece um referencial comum e que é tomado como saúde, como normalidade. (LUNARDI, 2003, p. 188-189).

A normalização do sujeito surdo não está em um passado distante, superado pelas propostas de educação bilíngue e pelas discussões sobre cultura surda e língua de sinais. Hoje, o discurso hegemônico não é mais aquele segundo o qual pessoas

com deficiência precisam ser excluídas e esterilizadas para não enfraquecer o potencial genético da espécie. Porém Dias (2013) aponta que isso não significa que não existam outros discursos de diminuição da pessoa com deficiência. Estes circulam e dão-se, sobretudo, na lógica do capacitismo social.

O capacitismo, para a mesma autora, baseia-se na prerrogativa de que a deficiência é um estado diminuído da pessoa humana, uma desvalorização, um modo de ser abaixo do status de normalidade. Trata-se da “concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais às outras, menos aptas ou não capazes para gerir as próprias vidas”. (DIAS, 2013, p. 2)

Trata-se de uma marca fabricada no corpo do surdo, produzindo uma diferença que não se constituiria somente por características culturais, mas pela incapacidade biológica de ouvir e pelo efeito que isso causa no desenvolvimento da habilidade de fala. Nesse sentido, é que emerge o enunciado do surdo não incapacitado, tendo a não incapacitação como o referencial que o possibilita: não se elimina à compreensão de que os surdos fogem à norma, visto que sua comunicação não é tida como o modo de falar ideal, porém defende-se que eles podem fazê-lo de outras maneiras – assim, não se trataria de capacitação, mas de não incapacitação.

Dito de outra forma, os discursos que analisamos não pautam a incapacidade do surdo de incluir-se na sociedade, mas tampouco vão equivaler sua capacidade à do ouvinte – reconhecida como normal e ideal. Sobre a questão da inclusão social, cabe fazer um adendo: nós não desconsideramos que circulam discursos – dentro e fora dos documentos que analisamos – que entendem a inclusão social como um direito da pessoa surda; no entanto, este artigo, ao olhar para um discurso de não incapacitação funcionando nos documentos, encontrou recorrências presentes em um conjunto de enunciações que compreendem a inclusão social como um esforço do próprio surdo para incluir-se na sociedade.

No curso *O Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault (2008), ao tratar da governamentalidade neoliberalⁱⁱⁱ, aborda o aparecimento do *homo oeconomicus* como correlativo dessa governamentalidade. O homem econômico seria aquele que é movido pelo seu interesse, cuja conduta é uma resposta racional e não aleatória às variações do meio. O homem econômico é governável. Assim, o discurso de esforço

PA

peçoal, de conquistas individuais dos sujeitos surdos na qualidade de profissionais úteis e capazes, disponíveis no mercado de trabalho – e, relacionado a isso, comunicativos, integrados no ciberespaço, com domínio de saberes legitimados cientificamente –, converge a toda uma perspectiva de progresso socioeconômico que se deseja para o Brasil de maneira geral e, nesse sentido, não deixa de ser um modo de governo.

Além de homem econômico, este indivíduo surdo “não incapacitado” está sendo compreendido por nós como um sujeito da Hipermodernidade – conceito discutido pelo filósofo Gilles Lipovetsky (2018). No pensamento do autor, o momento em que vivemos não corresponde à Modernidade, dadas as suas características – como uma presença ainda marcante da Igreja, das idealizações nacionalistas, dos partidos revolucionários que propunham o fim do capitalismo e de um modelo de Estado cuja administração da economia era muito mais intensa.

Segundo Lipovetsky (2018), as sociedades passaram por uma individualização segundo a qual o que vale são os direitos de cada um, não a ideia de Nação ou de patriotismo, além de uma privatização das instituições (como a família e a religião), que também incide em uma menor possibilidade de articulação estatal quanto ao mercado, que se torna mais imperativo. O indivíduo, neste contexto no qual o futuro é incerto, se torna mais flexível para atender às necessidades da sociedade. É um indivíduo sempre pronto a se modificar, a transformar a si mesmo de modo permanente.

Neste âmbito, pautado em sociedades humanas interligadas, na ausência de certezas, em um presentismo, na mundialização, nas novas articulações dos sujeitos com o mercado de trabalho, no acesso aos saberes científicos e tecnológicos, é que emergem discursos que tratarão da não incapacitação dos corpos surdos, que embora tenham reconhecidas socialmente suas marcas físicas/biológicas, são tidos como aqueles que podem viver com liberdade e autonomia, que podem desenvolver habilidades, que podem ser úteis e ativos, eficientes (ou não deficientes, melhor dizendo) no trabalho, na comunicação e na apropriação dos saberes tecnológicos e científicos.

Dito isso, gostaríamos de tratar, de forma mais aprofundada, da primeira categoria de análise a qual nos propomos, que compreende um conjunto de enunciações que veiculam discursos que subjetivam o surdo como um indivíduo não incapacitado no mercado de trabalho.

PA

Assim, organizamos, na tabela a seguir, algumas enunciações retiradas do nosso *corpus* de análise.

Tabela 1: Enunciações relativas à categoria de análise da não incapacitação do indivíduo surdo no mercado de trabalho

Documento	Enunciações
Regimento Escolar – Escola 1	Intenciona-se “o desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a sua formação como cidadão e profissional de qualidade”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 1	“[...] os surdos estão concluindo seus estudos, inclusive na Pós-Graduação, e ingressando em carreiras profissionais antes nunca pensadas para estas pessoas. Proporcionar o contato dos estudantes surdos com outros que estejam vivenciando todo este progresso é fundamental” “[...] surdos autônomos e construtores da própria vida, fazendo suas escolhas, encontrando alternativas para seus problemas”.
Regimento Escolar – Escola 2	Argumenta que importa preparar os alunos para dominar saberes científicos e tecnológicos, na medida em que estes seriam “capazes de ajudá-los em suas vivências para o trabalho”. A instituição também tem uma Assessoria ao Aluno Surdo que, entre outros objetivos, propõe “encaminhamento ao mercado de trabalho: atividade assessorada por um professor habilitado na área da surdez, conhecedor da Língua Brasileira de Sinais”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 2	“[...] preparar os alunos para o domínio de recursos científicos e tecnológicos que os ajude em suas vivências para o trabalho e pleno desenvolvimento da cidadania” “[...] preparar nosso aluno para um futuro melhor, enfatizando também seu próprio esforço e responsabilidade para que conquiste seu espaço no mercado de trabalho”.
Regimento Escolar – Escola 3	Defende metodologias que “ <i>mobilizem o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras habilidades cognitivas</i> ”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 3	Defende a “ <i>valorização do mérito de cada qual</i> ”.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	“[...] <i>na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social</i> ”.

Fonte: tabela organizada durante a pesquisa.

Para olhar para esse conjunto de enunciações, é preciso discutir o conceito de trabalho. Conforme apontam Veiga-Neto e Saraiva (2009), nessa sociedade que eles apontam como sendo do “capitalismo cognitivo”, o trabalho envolve a alma dos

sujeitos, sua criatividade, seu tempo integral e sua flexibilidade para atender às demandas do mercado.

PA

A educação, nesse sentido, vai tratar desses trabalhadores do futuro, e a educação de surdos não parece se ausentar dessa proposta, defendendo a não incapacidade desses sujeitos de exercer funções no mercado de trabalho. A escola, de acordo com Amaral Filho (2018), está comprometida com a formação das crianças e dos jovens para que possam vir a integrar o mundo “dos adultos” que, futuramente, lhes pertencerá. Como aponta o autor, “nossas crianças identificam as possibilidades de ser dentro do espectro das profissões. Pois o mundo presente é delimitado pelo mundo profissional do trabalho”. (AMARAL FILHO, 2018, p. 9).

Pensar a educação de surdos para o mercado de trabalho não é um movimento exclusivo da atualidade, embora se possa dizer que, hoje, esse discurso atrela a formação profissional a um modelo de trabalho específico, próprio da hipermodernidade na qual vivemos. Em um período moderno, no entanto, como pode ser situado o final do século XIX e início do XX, já se pode observar movimentos nesse sentido.

Klein (2003) explicita como nas escolas brasileiras, francesas e alemãs se podia encontrar “uma preocupação com um disciplinamento dos tempos e espaços e com a captura dos corpos dos alunos e alunas, com vistas à manutenção de uma vida saudável e a um melhor aproveitamento de cada um deles”. (KLEIN, 2003, p. 43). Esse melhor aproveitamento se dá, também, no mundo do trabalho, à medida em que a autora aponta que, após 1873, já se pode verificar no Instituto Nacional de Educação de Surdos (naquela época intitulado como Instituto Nacional dos Surdos Mudos) a sistematização de projetos que preparam os alunos surdos para a atividade laboral.

No século XX, ainda de acordo com Klein (2003), a proposta da Pedagogia Emendativa, idealizada por – entre outros – Dr. Armando de Lacerda, que dirigiu o instituto de 1930 a 1947, que configurava um mecanismo para a normalização dos sujeitos surdos, adaptando-os a partir de um referente ouvinte, também valorizava a educação profissional, bem como a intelectual, ambas devendo ser “levadas ‘até onde possível’, procurando estimular o aproveitamento do que consideravam ser as

aptidões especiais reveladas pelos alunos, como também seu ‘grau de inteligência e habilidade manual’”. (KLEIN, 2003, p. 48).

PA

Em um período mais recente, Klein (2003) explicita que, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil passa a discutir projetos de profissionalização que serviriam às expectativas do mercado, que passa a necessitar de trabalhadores criativos, flexíveis e entendedores das novas tecnologias. É dentro desse contexto que são criados e efetivados programas de formação profissional, nos quais os movimentos e as escolas de surdos se envolvem.

Cabe ressaltar, ainda, que Klein (2003), em sua Tese, chama atenção para o governo dos sujeitos surdos através de tecnologias do que a autora aponta como sendo o dispositivo de formação profissional, que viria “produzindo sujeitos surdos trabalhadores e cidadãos e instituições engajadas e participantes”. (KLEIN, 2003, p. 121).

Pode-se perceber, nas enunciações que destacamos na tabela, a ideia de progresso profissional e econômico, de conquistas pessoais atingidas pelo mérito e pelo esforço sendo veiculadas, nessas enunciações, como um horizonte possível. Argumenta-se, inclusive, que a partir do contato com outros surdos, adultos, exercendo profissões de todos os tipos – até mesmo aquelas não braçais, que exigem grande esforço intelectual, que são melhor remuneradas e legitimadas, nesta racionalidade, como hierarquicamente superiores –, constituiria uma espécie de “prova” de que a não incapacitação pode ser atingida.

Além da questão do mérito e do esforço individual, o desenvolvimento da autonomia e a fabricação de sujeitos que solucionam problemas também são apresentadas como características benéficas desse futuro trabalhador, que teria condições de competir no mercado de trabalho e exercer sua profissão com eficiência. É um sujeito flexível, disposto a moldar-se, criativo, pronto a oferecer respostas às perguntas com as quais irá se deparar no dia a dia de seu trabalho – essa dedicação e modalidade de trabalhador atrelam-se à noção de capitalismo cognitivo discutida por Veiga-Neto e Saraiva (2009) e insere-se no contexto da Hipermodernidade de Lipovetsky (2011).

Esta categoria de análise tem relação com as outras duas, na medida em que o domínio tecnológico e científico e a habilidade de comunicação são considerados como necessários para o bom desenvolvimento no trabalho.

PA

Na segunda categoria analítica, da qual trataremos a seguir, a não incapacitação do indivíduo surdo refere-se à comunicação. Novamente, gostaríamos de apresentar uma tabela com enunciações destacadas dos documentos que analisamos.

Tabela 2: Enunciações relativas à categoria de análise da não incapacitação do indivíduo surdo na comunicação.

Documento	Enunciações
Regimento Escolar – Escola 1	A orientação educacional é responsável, entre outras funções, por “auxiliar os estudantes nos conflitos subjetivos em função das barreiras de comunicação na família e na sociedade”. É objetivo da escola “Potencializar o desenvolvimento linguístico-cognitivo ao ter acesso às duas línguas da Escola, a Libras e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 1	“Desejamos uma sociedade onde os estudantes surdos tenham oportunidade de se preparar para a vida sem a barreira da comunicação.” Os alunos “devem ser encorajados a pensar, a discutir, a conversar em Libras, relacionando e diferenciando a comunicação na Escola e na família”. Na Educação Infantil, devem haver práticas que “Favoreçam a imersão dos estudantes nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, plástica, corporal e dramática”.
Regimento Escolar – Escola 2	O aluno deve desenvolver o “diálogo argumentativo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas fundamentadas” e “valer-se das linguagens expressivas – matemática, gráfica, plástica e corporal – para expressar e comunicar suas ideias, sentimentos e valores, interpretando, questionando, resignificando e se reapropriando das produções culturais”. A escola também propiciaria ao aluno “utilizar a língua portuguesa na forma escrita nas interações sócio comunicativas, trocando informações, expressando sentimentos, formulando juízos, identificando situações, atendendo diferentes intenções e contextos de comunicação”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 2	Que o aluno possa: “utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica e escrita) para expressar suas ideias e sentimentos, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva”; “[...] utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para a construção e a reconstrução de novos conhecimentos e da própria comunicação”; “[...] ter amplo conhecimento da segunda língua a língua portuguesa, compreendendo leitura, interpretação de textos e desenvolvendo uma escrita plena”.
Regimento Escolar – Escola 3	“[...] a utilização das diferentes línguas, verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal. Como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir

	das produções em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes formas de comunicação”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 3	A escola visa “competência linguística na leitura e escrita do Português” e que o aluno tenha “a leitura e a escrita como fonte de informação e de seu conhecimento”.
Lei 10.436/2002	“[...] é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Entende-se a Libras como “meio de comunicação objetiva” e que “não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”.
Decreto nº 5.626/2005	“[...] a modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva [...] resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.” O decreto explicita que instituições de ensino devem garantir que haja tradutor e intérprete de Libras para “viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos”.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Defende-se a eliminação das “barreiras nas comunicações e informações”. “[...] o atendimento educacional especializado para esses estudantes [surdos] é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais.”
Política Linguística de Educação Bilíngue (2014)	“A Língua Portuguesa apresenta um estatuto diferenciado da Libras, pois configura-se como língua majoritária do Brasil. É a língua na qual todos os documentos legais, jornais de circulação e literatura estão veiculados amplamente por meio da escrita, um instrumento poderoso de disseminação de uma língua. Além disso, é a língua veiculada na mídia por meio da expressão oral e por meio de legendas escritas quando disponível.”

Fonte: tabela organizada durante a pesquisa.

É recorrente, nesse conjunto de enunciações, uma concepção da língua e das formas de linguagem na perspectiva da comunicação. Isso não significa, gostaríamos de demarcar, que não circule nesses documentos um outro discurso sobre a língua, sobretudo no que se trata da Língua de Sinais. Em outros trechos do nosso *corpus* de análise, é repetidamente evidenciado que a Língua Brasileira de Sinais seria um modo de manifestação cultural dos surdos, enquanto uma linguística, de forma a vincular a língua com a cultura e com a constituição de uma identidade para os sujeitos surdos.

Não é essa, porém, a discussão que nos propomos neste artigo. Ao tratar da subjetivação do surdo como um indivíduo não incapacitado em sua comunicação, ressaltamos um discurso também recorrente nos documentos que analisamos, que repete continuamente a importância da Língua Portuguesa e de que o surdo torne-se bilíngue. Mesmo a Política Linguística, que destaca-se por sua defesa da Língua de Sinais como parte de uma identidade surda, não deixa de pautar a relevância da Língua Portuguesa para a comunicação.

A não incapacitação em comunicação pressupõe uma instrumentalidade da língua, trata-se de uma concepção que pode-se encontrar referenciada nos estudos funcionalistas da língua. Modesto (2006) argumenta que o interesse das abordagens funcionalistas está em compreender como se dá o processo comunicativo em determinada língua, como os sujeitos a utilizam para efetivar a comunicação. Conforme dita o autor, “a teoria funcionalista concebe a língua como instrumento de comunicação”. (MODESTO, 2006, p. 1).

Assim, na lógica da não incapacitação em comunicação, os documentos que analisamos, embora defendam a importância da Língua de Sinais na Educação de Surdos, não deixam de considerar que a Língua Portuguesa é hegemônica no Brasil e, por causa disso, é considerada base de um modelo de comunicação dito normal. Desse modo, o aprendizado do português, para o aluno surdo, coloca-se como instrumento de inserção social, comunicação e expressão. Além disso, algumas Leis e Políticas Públicas – como foi destacado na tabela – veiculam, também, uma instrumentalidade para a Língua de Sinais, tida como um meio de comunicação alternativo, que possibilitaria que o surdo solucionasse sua dita deficiência comunicativa.

Acerca dessa instrumentalização da língua de sinais, Lunardi (2003) aponta que, afastando-se da noção de naturalização da língua de sinais e da noção de que é através dela que o surdo desenvolve seus modos de ser, determinados discursos se aproximam de uma outra perspectiva, na qual a língua de sinais é tida como “ferramenta metodológica para atingir o nível da língua padrão, qual seja, a língua oral” (LUNARDI, 2003, p.176), ainda, para a autora, “esse discurso torna-se evidente quando se estimula a aquisição da L1 (língua de sinais) como pré-requisito para um melhor desempenho na L2 (língua portuguesa)”. (LUNARDI, 2003, p. 176).

As enunciações apresentadas na tabela demarcam essas possibilidades de instrumentalização não só das duas línguas que atravessam a Educação de Surdos, mas de linguagens que não constituem de fato um sistema linguístico, gramatical – como é o caso das linguagens artísticas, corporais, etc. Importa que o aluno surdo seja capaz de dialogar, capaz de informar e de receber informações, capaz de

expressar suas emoções e ideias, ou seja, um sujeito que teria, de certa forma, superado as barreiras comunicacionais.

PA

Tornar-se bilíngue é, nesse sentido, primordial. Somente no esforço de ser bilíngue é que a comunicação poderia se dar efetivamente. Enuncia-se, portanto, a necessidade de o surdo dominar, além da Libras, a Língua Portuguesa – sobretudo na modalidade escrita, mas documentos como o Decreto nº 5.626/2005 e a PNEEPEI não deixam de reiterar que a aprendizagem oral do português é uma possibilidade válida –, visto que esta é a que tem o status de língua nacional e é nela que as informações circulam no Brasil.

Um surdo que domina o português seria um surdo não incapacitado, o que não é o mesmo que dizer que sua comunicação é eficiente – há sempre um limite posto, estabelecido pela comparação com o corpo dito normal (que é ouvinte) e com a conduta comunicacional, tida como normal, do falar/ouvir. Assim, ao mesmo tempo que compreende-se que os surdos podem “superar as barreiras”, a fabricação de sua anormalidade não esmorece.

Essa categoria analítica vincula-se à seguinte, que refere-se aos saberes científico-tecnológicos. O domínio destes é considerado prerrogativa para a comunicação na atualidade, dada a relevância das Tecnologias de Informação e Comunicação, que fazem veicular discursos e modos de ser.

A partir desse momento, gostaríamos de abordar uma terceira categoria de análise, referente a um conjunto de enunciações no qual também estão funcionando discursos de não incapacitação do indivíduo surdo.

Tabela 3: Enunciações relativas à categoria de análise da não incapacitação do indivíduo surdo no domínio dos saberes científicos-tecnológicos.

Documento	Enunciações
Regimento Escolar – Escola 1	“[...] o Laboratório de Informática tem essencial função de proporcionar contato dos estudantes com a tecnologia, desenvolvendo a educação digital nesse espaço, sistematizando aprendizados de pesquisa e exploração da internet como ferramenta de aprendizagem no espaço Escolar.” O Laboratório de Informática é “o espaço responsável pela edição dos vídeos e gravações que irão possibilitar as adaptações visuais necessárias para as aulas bilíngues”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 1	“[...] as mídias e tecnologias são indispensáveis no desenvolvimento do ensino bilíngue, visto que ele é visual e através desses recursos isso é possibilitado. O uso dessas tecnologias proporciona acessibilidade aos estudantes surdos e deficientes auditivos.”

	“[...] é importante organizar os tempos e os espaços da Escola para favorecer o contato dos estudantes com a natureza e com as tecnologias, possibilitando, assim, a observação, a experimentação, o debate e a ampliação de conhecimentos científicos.”
Regimento Escolar – Escola 2	Defesa da apropriação das “inovações científico/tecnológicas” compreendidas como “fontes geradoras do conhecimento”. O aluno precisa “aprender os fenômenos do mundo natural em diferentes espaços e tempos, buscando explicações científicas de forma significativa, avaliando as transformações que o ser humano historicamente impõe à natureza, utilizando-se para isso de conhecimentos científicos”.
Projeto Político Pedagógico – Escola 2	“[...] a dinâmica de um mundo em constante movimento, interligado pelas novas tecnologias, faz com que sejam necessárias mudanças constantes para atender às diferentes demandas.” A Escola também coloca que é importante o aluno “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para a construção e a reconstrução de novos conhecimentos e da própria comunicação”.
Decreto nº 5.626/2005	“[...] desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos” e “disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva”.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	“[...] no processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns estudantes podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.”
Política Linguística de Educação Bilíngue (2014)	“[...] provas na língua de sinais gravadas em vídeo configuram uma forma de avaliação bastante apropriada” e que “os estudantes devem ter acesso individual às provas por meio de computadores individuais, pois isso facilita a rerepresentação das questões de acordo com o ritmo de cada estudante”.

Fonte: tabela organizada durante a pesquisa.

Destacamos que essa é uma categoria que se mostrou ausente das documentações da *escola 3* – um pouco mais reduzidas do que as das outras escolas que estudamos –, não é possível conjecturar se a razão disso é que os documentos dessa escola têm uma redação mais enxuta ou se não há interesse da escola em abarcar essas questões.

Todavia, consideramos relevante discutir a categoria de análise relativa ao indivíduo surdo não incapacitado no domínio dos saberes científico-tecnológicos, dado os discursos nesse sentido que se repetem no Regimento Escolar e Projeto

Político Pedagógico das outras duas escolas investigadas, além das leis e Políticas Públicas evidenciadas na tabela.

PA

Nesse agrupamento de enunciações vemos funcionando discursos atrelados a uma não incapacitação na perspectiva dos saberes científicos e tecnológicos. Os termos científico e tecnológico, que vêm qualificar a não incapacitação, ajudam a pensar este referencial de modo relativo ao domínio desses saberes.

Na passagem a uma sociedade hipermoderna, os saberes científicos continuam, de certa forma, a circular, e a noção de tecnologia assume outra dimensão com o aparecimento da Internet. Para Lipovetsky, “a galáxia Internet e seu dilúvio de fluxos digitais: milhões de sites, bilhões de páginas e de caracteres que duplicam em cada ano”. (LIPOVETSKY, 2018, p. 57). Essa relação fica evidenciada, por exemplo, no Regimento da *escola 1*, que destaca a relevância de que o aluno seja capaz de navegar no ciberespaço.

Lévy (2010) vai apontar que, durante o século XX, os saberes científicos e técnicos têm um crescimento rápido, indomável, de modo que se tornou impossível para um indivíduo dominar tudo, mesmo porque esses saberes, hoje, são intotalizáveis. Os saberes científicos que circulam não o fazem mais de forma estável, mas como “um saber-fluxo caótico, de curso dificilmente previsível, no qual deve-se agora aprender a navegar”. (LÉVY, 2010, p. 175).

No caso das pessoas com deficiência, esses saberes científicos e tecnológicos vão, também, no sentido de auxiliar na superação das problemáticas enfrentadas por esses sujeitos para se incluírem socialmente, em decorrência da marca corporal de uma deficiência específica. Assim, emerge a noção de Tecnologia Assistiva, abordada nos documentos escolares e nas Políticas Públicas e que Galvão Filho (2009) propõe compreender de forma alargada, para além dos equipamentos utilizados, mas pensando, também, as estratégias e os métodos que envolvem seus serviços.

A Tecnologia Assistiva, segundo o mesmo autor, é um conceito recente no Brasil, de modo que muitas vezes é equiparado à noção de Ajudas Técnicas ou à de Tecnologia de Apoio, sem que a legislação envolva as práticas e metodologias, mas restrinja-se às ferramentas tecnológicas que auxiliam na inclusão social das pessoas com deficiência.

A partir das três categorias de análise que construímos para examinar o discurso de não incapacitação que se inscreve nos corpos surdos, pode-se demarcar possibilidades de sua relação com outros discursos. Apontamos, em especial, para suas correlações com discursos atrelados aos estudos linguísticos e comunicacionais, com discursos neoliberais e de empreendedorismo, com discursos sobre o trabalho, discursos sobre os saberes científicos e sobre o acesso e o domínio das novas tecnologias. A não incapacitação do sujeito surdo, ressaltamos por fim, não circula e nem está veiculada apenas nos documentos que analisamos, ela faz parte de uma rede discursiva que emerge nessa sociedade hipermoderna e neoliberal em que vivemos e, nesse sentido, pode circular em outros textos e espaços sociais.

PA

Considerações Finais

Neste artigo, discutimos um modo de subjetivação dos sujeitos surdos em funcionamento nos discursos de documentos de Escolas de Surdos e, também, em documentos estatais, como leis e políticas públicas. Trata-se da produção de um modo de ser surdo enquanto um indivíduo não incapacitado.

Os discursos que envolvem essa não incapacitação do sujeito surdo fabricam um modo de ser surdo que, ao mesmo tempo compreendido como marcado pela deficiência do não ouvir, nunca atinge o ideal de normalidade ouvinte, mas também é um sujeito que precisa, apesar disso, incluir-se na sociedade em que vivemos.

Essa inclusão perpassaria o ingresso no mercado de trabalho como profissional flexível, criativo e eficiente, assim, trata-se de um modo de ser sujeito que precisa estar imerso nessa racionalidade neoliberal e hipermoderna. É uma posição de ser sujeito surdo que utiliza a tecnologia assistiva no espaço educacional surdo e domina os saberes científicos e tecnológicos – tidos como úteis e verdadeiros na atualidade – para que possa melhor incluir-se socialmente.

Também, à noção de superação das barreiras comunicacionais atrela-se um modo de aluno surdo que é correlativo à proposta de educação bilíngue para surdos, de modo a dominar não só a Libras, mas também o Português. É um sujeito que se

comunica da maneira mais ampla possível, dominando, até mesmo, outras formas de linguagem, como a artística e a corporal.

PA

Referências

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. O que podemos esperar da escola?: uma reflexão para além da modernidade. **Revista Educere Et Educare**, v.13, n.28, maio/ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº10.436 da Língua Brasileira de Sinais**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Decreto nº5.626**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. SEESP/MEC. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. MEC/SECADI. **Relatório da Política Linguística de Educação Bilíngue**. Brasília, DF, 2014.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: 1, Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. USP, São Paulo, 2013. **Anais...** I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. São Paulo: editora USP, 2013.

DÓRIA, Ana Rimoli de Faria. **Compêndio de Educação da Criança Surdo-Muda**. Rio de Janeiro, 1958.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: curso dado no Collège de France (1975)**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

KLEIN, Madalena. **Tecnologias de Governo na Formação Profissional dos Surdos**. 2003. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos Hipermodernos**. Lisboa: Edições 70, 2018.

LUNARDI, Márcia Lisi. **A produção da anormalidade surda nos discursos da educação especial**. 2003. 200 f. Tese (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. Abordagens Funcionalistas. **Revista Letra Magna**, v. 3, n. 4. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Espaço**, Rio de Janeiro, n.8, p. 3-15. 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. **Educação e Realidade**, n.34, v.2, p.187-201, maio/ago. 2009.

WITCHES, Pedro H. **Governo linguístico em educação de surdos: práticas de produção do Surdus mundi no século XX**. 2018. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio Sinos.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

¹ Há 13 escolas de surdos no Rio Grande do Sul, porém devido ao tempo restrito de 2 anos para a realização do Mestrado, foi preciso fazer um recorte, dada a impossibilidade de trabalhar com a totalidade das escolas. Sendo assim, optamos por selecionar três instituições: uma municipal, uma estadual e uma privada; visando um olhar mais abrangente. Este material foi fornecido pelas instituições para a pesquisa *Produções culturais surdas no contexto da educação bilíngue*, realizada pelo GIPES (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos), no período de 2015-2017, nas escolas de surdos do Rio Grande do Sul.

ⁱⁱ Livro intitulado *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness, and the Body*, publicado pela editora Verso, em 1995.

ⁱⁱⁱ Neste curso, Foucault vai falar em governamentalidade para tratar de um modo de se governar os sujeitos a partir de características neoliberais, fazendo discussões, sobretudo, a partir dos contextos alemão e norte-americano. Quando fala em governo, Foucault não se refere a uma concepção maquiavélica de um Estado que deteria o poder, mas trata de sujeitos governados para conduzir suas próprias condutas em diversas instâncias – sendo a estatal apenas uma delas. Na lógica do neoliberalismo, a liberdade dos indivíduos torna-se imprescindível, não enquanto uma realidade conquistada pelas pessoas que estariam livres do Estado e/ou do poder, mas, de outra forma, uma realidade fabricada, de sujeitos que são subjetivados enquanto livres, sem deixar de serem governados e governáveis.